

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Fórum Brasileiro de Segurança Pública ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis impactos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", e a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, os recursos recebidos de contratos firmados para a realização de projetos são registrados no passivo circulante, na Rubrica "Projetos a Realizar", e, posteriormente, reconhecidos no resultado, como receitas, de acordo com o regime de competência contábil, na medida em que os recursos são aplicados aos respectivos projetos, todavia, até o encerramento de nossos trabalhos não foi concluída a confecção dos controles auxiliares dos saldos de Projetos a Realizar em 31 de dezembro de 2024 para conciliação com os saldos contábeis, não sendo possível avaliar eventuais efeitos resultantes da conciliação nos saldos patrimoniais, resultado e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fórum Brasileiro de Segurança Pública continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

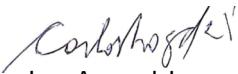


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de julho de 2025.



BDO RCS Auditores Associados SS Ltda.
CRC 2 SP-013846/O-1


Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	917.773	3.239.221
Contas a Receber	5	220.099	115.199
Impostos a Recuperar		11.207	11.207
Outros Créditos		66.336	48.450
Total do Circulante		1.215.415	3.414.077
Não Circulante			
Títulos de Capitalização		-	-
Imobilizado	6, a	148.211	163.774
Imobilizado - Projetos	6, b	1.946	4.540
Total do Não Circulante		150.157	168.314
Total do Ativo		1.365.572	3.582.391
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Fornecedores		96.151	214.950
Obrigações Trabalhistas	7	354.647	322.196
Obrigações Tributárias		12.460	26.402
Projeto Ministério da Justiça	8	138.272	138.272
Projetos a Realizar	9	671.081	2.586.577
Outras Obrigações		16.580	19.140
Total do Circulante		1.289.191	3.307.537
Não Circulante			
Projetos a Realizar - Imobilizado		4.540	4.540
		4.540	4.540
Patrimônio Líquido	11		
Patrimônio Social		270.314	102.493
Superávit do Exercício		(198.473)	167.821
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		71.841	270.314
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.365.572	3.582.391

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

		2024	2023
Receitas Operacionais	Nota		
Com Restrição			
Projetos Privados	9	6.430.238	6.428.760
		6.430.238	6.428.760
Sem Restrição			
Prestação de serviços	12	1.217.494	845.556
Anuidades		52.600	49.931
Doações	13	337.500	141.125
Patrocínios		-	1.968
Receitas financeiras		70.632	223.762
Receitas diversas		2.017	5.546
		1.680.243	1.267.888
Receita Operacional Líquida		8.110.481	7.696.648
Custos e Despesas Operacionais			
Com Restrição			
Custo dos projetos privados	15	(6.977.450)	(6.428.760)
		(6.977.450)	(6.428.760)
Sem Restrição			
Despesas com pessoal		(943.276)	(347.145)
Despesas com serviços de terceiros		(222.920)	(436.788)
Despesas gerais e administrativas	16	(109.765)	(210.083)
Despesas tributárias		(5.451)	(65.340)
Despesas financeiras		(12.872)	(12.355)
Despesas com depreciação		(37.220)	(28.356)
		(1.331.504)	(1.100.067)
Gratuidade recebida de voluntários		4.680	28.496
Custo com serviços voluntários		(4.680)	(28.496)
Total dos Custos e Despesas Operacionais		(8.308.954)	(7.528.827)
(Déficit) Superávit do Exercício		(198.473)	167.821

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	183.965	(81.472)	102.493
Transferência para Patrimônio Social	(81.472)	81.472	-
Superávit do Exercício		167.821	167.821
Saldos em 31 de dezembro de 2023	102.493	167.821	270.314
Transferência para Patrimônio Social	167.821	(167.821)	-
Superávit do Exercício		(198.473)	(198.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	270.314	(198.473)	71.841

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

	2024	2023
(Déficit) / Superávit do exercício	(198.473)	167.821
Total do resultado abrangente	(198.473)	167.821

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2024	2023
Superávit do Exercício	(198.473)	167.821
Ajustes ao Resultado do Exercício		
Depreciação e Amortização	37.220	28.356
Reversão de Provisão para Contingências	-	-
Superávit Ajustado	(161.253)	196.177
<hr/>		
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	(104.900)	114.384
Impostos a Recuperar	-	(3.361)
Outros Créditos	(17.886)	(27.610)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(118.799)	99.141
Obrigações Trabalhistas	32.451	85.856
Obrigações Tributárias	(13.942)	(47.053)
Projetos Ministério da Justiça	-	-
Projetos a Realizar	(1.915.496)	(270.790)
Outras Obrigações	(2.560)	1.215
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(2.302.385)	147.959
<hr/>		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado - próprios	(21.657)	(85.662)
Baixa de investimentos	-	30.000
Baixa de Imobilizado	2.594	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(19.063)	(55.662)
<hr/>		
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.321.448)	92.297
<hr/>		
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.239.221	3.146.924
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	917.773	3.239.221
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.321.448)	92.297

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CNPJ 08.011.968/0001-25

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, constituída em 05/2006, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", e a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

b. Isenção tributária

A Entidade é isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro, por conta de sua natureza e de acordo com o artigo 15 da Lei 9.532/1998. É contribuinte do PIS sobre folha de salários e da COFINS sobre as receitas não próprias, de acordo com a Instrução Normativa 1.911/2019.

A Entidade é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, em conformidade com a Lei nº 9.790/99 regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A principal estimativa dessa demonstração contábil está relacionada a depreciação dos bens do ativo imobilizado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto mantém nas suas demonstrações contábeis ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação após o reconhecimento inicial são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalente de caixa abrangem saldos de caixas, conta corrente e aplicações financeiras. O Instituto mantinha saldo de investimentos e aplicações financeiras nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrange a rubrica de contas a receber e outros ativos.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto mantém os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contas a pagar.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

c. Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

A Administração da Entidade avalia periodicamente a necessidade da constituição de perdas de crédito esperadas que é mensurada com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

d. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

e. Intangível

Corresponde à Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Projetos a Realizar

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

h. Provisão para Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

j. Patrimônio Líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

k.1 Receitas com restrições

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas e os custos são incorridos, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

k.2 Receita sem restrições

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

i. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Sem restrição		
Caixa	6.278	3.548
Bancos	1.962	197.581
Aplicações Financeiras	236.966	89.970
	245.206	291.099
Com restrição		
Bancos	168.408	12.592
Aplicações Financeiras	504.159	2.935.530
	672.567	2.948.122
Total	917.773	3.239.221

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas em 100% pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

5. CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Contribuições a Receber	220.099	75.020
Prestação de Serviços a Receber	-	40.179
Total	220.099	115.199

6. IMOBILIZADO

a. Imobilizado próprio

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	2023	Adições	Baixas	Depreciação 2024	Imobilizado Líquido 2024
Instalações	10%	36.766	-	-	(3.827)	32.939
Móveis e Utensílios	10%	13.727	-	-	(1.454)	12.273
Equipamentos de Informática	20%	99.977	-	-	(29.618)	70.359
Equipamentos de Telefonia	10%	13.304	-	-	(1.968)	11.336
Máquinas e Equipamentos	10%	-	21.658	-	(353)	21.305
Total		163.774	21.658	-	(37.220)	148.211

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	2022	Adições	Baixas	Depreciação 2023	Imobilizado Líquido 2023
Instalações	10%	-	38.271	-	(1.505)	36.766
Móveis e Utensílios	10%	1.094	13.470	-	(837)	13.727
Equipamentos de Informática	20%	90.102	33.921	-	(24.046)	99.977
Equipamentos de Telefonia	10%	15.272	-	-	(1.968)	13.304
Total		106.468	85.662	-	(28.356)	163.774

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	2021	Adições	Baixas	Depreciação 2022	Imobilizado Líquido 2022
Móveis e Utensílios	10%	3.723	1.068	-	(3.697)	1.094
Equipamentos de Informática	20%	35.413	76.267	-	(21.578)	90.102
Equipamentos de Telefonia	10%	17.240	-	-	(1.968)	15.272
Total		56.376	77.335	-	(27.243)	106.468

b. Imobilizado de Projetos

Descrição	Taxa de Deprec. a.a. %	2023	Adições	Baixas	Depreciação 2024	Imobilizado Líquido 2024
Equipamentos de Informática	20%	4.540	-	-	(2.594)	1.946
Total		4.540	-	-	(2.594)	1.946

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Salários a Pagar	6.618	4.946
INSS a Pagar	41.821	48.804
FGTS a Pagar	12.569	-
PIS sobre Folha	2.085	5.494
IRF sobre Folha	38.675	46.034
Provisão de Férias	252.880	216.918
Total	354.647	322.196

8. PROJETO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Em 2017, o Fórum Brasileiro firmou o termo de fomento nº 852618/2017, denominado “Fundo de Direitos Difusos - Aprimorando o papel das polícias no enfrentamento à violência contra a mulher” executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	Recursos Aplicados - Custos	Imobilizações	Saldo em 31/12/2024
Termo de Fomento FDD 852618/2017	138.272	-	-	-	-	138.272
Total	138.272	-	-	-	-	138.272

9. PROJETOS A REALIZAR

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados pelo regime de competência ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

Descrição	Saldo em 31/12/23	Valores Recebidos	Recursos Aplicados - Custos	Transfer ências	Baixas	Saldo em 31/12/24
Fund. JLES e Galo da Manhã - 160. Anuário	25.724	-	(25.712)	-	-	12
Instituto Galo da Manhã (X)	-	60.000	(59.791)			209
OSF OR2023-92056	1.286.523	2.468	(1.266.130)			22.861
PORTICUS 2023 GR- 079254	-	385.512	(385.264)			248
LAFER 2024		133.620	(88.687)			44.933
ITAUSA 2024/2026	-	700.235	(536.005)			164.230
FUND. EGYDIO SETUBAL	-	200.000	(200.198)			(198)
CAIXA 5392/2024	-	180.000	(162.207)			17.793
ICS	-	805.739	(805.719)			20
FORD 145366	-	3.019.792	(2.622.673)	-	-	397.120
UNICEF - BZR/PCA2023132	-	260.484	(246.395)	-	-	14.090
ESFERA 2024	-	80.000	(70.237)	-	-	9.763
Ford 140803	1.274.330	-	-	-	(1.274.330)	-
Total	2.586.577	5.827.850	(6.469.016)	-	(1.274.330)	671.082

Abaixo demonstramos o confronto dos saldos de projetos a realizar com o saldo de caixa e equivalentes de caixa com restrição (Nota 4):

Descrição	Saldos projetos a realizar em 31/12/2024	Saldos de caixa e equiv. de caixas em 31/12/2024	Contas a pagar e obrigações em 31/12/2024
Projetos a Realizar	2.724.849	2.948.122	298.294
Termo de Fomento FDD 852618/2017	(1.915.496)	(2.275.555)	
Total	809.353	672.567	298.294

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

- (I) **FUND. JLES E GALO DA MANHÃ - 160. ANUÁRIO**– “Tem por objetivo a inclusão de uma nova seção no Anuário Brasileiro de Segurança Pública para compilação de diferentes indicadores sobre violência o dado oficial sobre violência e crime contra crianças e adolescentes no Brasil. O Anuário é a principal publicação de referência sobre segurança pública do país e tem sido utilizada pela sociedade civil, Governos e imprensa”.
- (II) **INSTITUTO GALO DA MANHÃ**– “Recursos destinados ao apoio às atividades institucionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública”.
- (III) **OSF OR2023-92056** – “Recursos destinados ao apoio às atividades institucionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública”.
- (IV) **PORTICUS 2023 GR-079254** – Recursos destinados: “Incorporar a participação da comunidade em práticas prisionais e pós-prisionais para mudar os paradigmas do sistema prisional”..
- (V) **LAFER 2024**– “O projeto Raio-X das Forças de Segurança Pública: modernização das carreiras, estruturas institucionais e valorização dos profissionais de segurança pública no Brasil, tem como objetivo geral contribuir para a modernização das estruturas institucionais e das carreiras das forças de segurança pública no Brasil, bem como para a valorização de seus profissionais, por meio da produção de dados qualificados, da promoção do debate público e de ações de advocacy”..

- (VI) **ITAUSA 2024/2026**– “O projeto Segurança e Justiça Social como Indutoras do Desenvolvimento Sustentável e da Proteção da Amazônia, tem como objetivo fortalecer as capacidades estatais de enfrentamento ao crime organizado na região amazônica, por meio da produção de informações qualificadas sobre a economia criminal, da articulação interinstitucional e interfederativa, da documentação e disseminação de casos de políticas públicas (como a Operação Curupira e AMAS) e da promoção do debate público. Também busca compreender os impactos da economia criminal no território, analisando suas formas de governança, o uso da infraestrutura e dos modais logísticos nacionais, sua articulação com cadeias ilícitas como o narcotráfico, o desmatamento e o garimpo ilegal, bem como os efeitos dessas atividades na economia formal e na violação de direitos das populações locais”.
- (VII) **FUND. EGYDIO SETUBAL**– “Seção especial no Anuário Brasileiro de Segurança Pública com dados de violência contra crianças e adolescentes”.
- (VIII) **CAIXA 5392/2024**– “Objeto da parceria a construção de projeto para elaboração de protocolos de atendimento às mulheres vítimas de violência, na qual haja a documentação das boas práticas e experiências bem sucedidas nas instituições policiais, voltadas ao atendimento das violências doméstica e sexual, formatando protocolos de atendimento pelas polícias”.
- (IX) **ICS**– “Monitorar, analisar e qualificar os dados de violência letal intencional e outros crimes selecionados da região amazônica, de modo a fortalecer a ideia de que políticas de segurança pública são essenciais para qualquer projeto de desenvolvimento sustentável para a região”.
- (X) **FORD 145366**– “Recursos destinados ao apoio às atividades institucionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.”
- (XI) **UNICEF - BZR/PCA2023132**– “Atualização do estudo “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”.
- (XII) **ESFERA 2024**- “Recurso destinado: “Estudo da Segurança pública e crime organizado no Brasil”.
- (XIII) **FORD 140803** – “Recursos destinados ao apoio às atividades institucionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública”.
- (XIV) **TERMO DE FOMENTO FDD 852618/2017** - Convênio nº 852618/2017 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Tem por objeto contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento à violência contra a mulher.

10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade não possuía processos de natureza cível, fiscal ou trabalhista com probabilidade de perda provável passíveis de registro contábil, assim como não havia processos com expectativa de perda possível que requeresse divulgação nas demonstrações financeiras.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do exercício (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2024, foram executados contratos firmados com:

		2024	2023
SICPA AMERICA DO SUL INDUSTRIA S.A		375.000	
Uber Do Brasil Tecnologia Ltda		300.000	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		220.000	
Banco Internacional P/ Recontrua§Ao E Desenvolv.		148.488	114.212
Climate and Land Use Alliance		82.950	
FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES - FENAVIST		37.500	
INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM		25.000	
ICTS GESTAO E PROJETOS DE SEGURANCA LTDA.		16.000	
Comite Internacional Da Cruz Vermelha		10.000	
Anistia Internacional Brasil		2.556	
Escritorio Das Nacoes Unidas Sobre Drogas E Crime		-	302.114
Municipio De Jundiai		-	192.143
Fundo Das Nacoes Unidas Para A INFancia		-	149.477
Propesq Estudos Socioeducacionais Ltda		-	55.110
Associacao Dos Juizes Do Rio Grande Do Sul		-	32.500
Total		1.217.494	845.556

- (i) SICPA AMERICA DO SUL INDUSTRIA S.A - - Pesquisa: "Follow the products: rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil"
- (ii) UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA - "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".
- (iii) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - "Patrocínio para Campanha de Prevenção ao Feminicídio".
- (iv) BANCO INTERNACIONAL P/ RECONTRUA§AO E DESENVOLV. - -"Banco Mundial Contract Systematizing Experiences on Prevention of Violence Against Women - (Sistematizando Experiências de Prevenção da Violência Contra a Mulher)".
- (v) CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE - "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".
- (vi) FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES – FENAVIST – "Patrocínio 18º Encontro do FBSP e 18ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública".
- (vii) INSTITUTO BRASILEIRO DE MINEIRACÃO IBRAM – "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".
- (viii) ICTS - GESTÃO E PROJETOS DE SEGURANÇA LTDA. – "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".
- (ix) COMITE INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA – "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".
- (x) ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL – "Patrocínio 18º Encontro do FBSP".

- (xi) ESCRITORIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME – “Plano de trabalho detalhado e metodologia para desenvolvimento de estudo sobre atividades criminosas na região do Tapajós no estado do Pará”.
- (xii) MUNICIPIO DE JUNDIAI – “Município de Jundiaí (Contrato 046/22) Plano de segurança para o Município, realização de diagnóstico da violência criminal da cidade de Jundiaí”.
- (xiii) FUNDO DAS NAÇOES UNIDAS PARA INFANCIA – “Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) - Investigar a implementação do programa “Olho Vivo”, de instalação de câmeras corporais a serem usadas pela PM-SP, e sua relação com a queda da letalidade policial nos últimos dois anos”.
- (xiv) PROPESQ – ESTUDOS SOCIOEDUCACIONAIS LTDA – “Referente a pesquisa no Brasil correspondente ao projeto internacional Monitoramento do Uso da Força Letal na América Latina e no Caribe”.
- (xv) ASSOCIACAO DOS JUIZES DO RIO GRANDE DO SUL- Associação dos juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) - Pesquisa “Perfil e percepções da magistratura gaúcha no âmbito da justiça criminal e segurança pública”.
- (xvi) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE Nº 24/2018) – “Elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Violência e Programa de Assistência Técnica e Capacitação Relacionada a Prevenção da Violência”.
- (xvii) EDITORA PINSKY LTDA – “Royalties”.

13. DOAÇÕES

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

14. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidades de Lucros, a Entidade registra contabilmente o valor como devido fosse, dos trabalhos voluntários, inclusive dos membros do Conselho de Administração. A estimativa destes valores é realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum.

15. CUSTO DOS PROJETOS PRIVADOS

A Entidade reconheceu em 2024 o montante de R\$ 6.977.450 (R\$ 6.428.760 em 2023) em custos projetos privados, conforme demonstrados nas Notas 8 e 9. Os recursos dos projetos foram aplicados da seguinte forma:

	2024	2023
Custo com pessoal	2.026.655	2.255.222
Custo com serviços de terceiros	3.063.855	2.806.489
Viagens	664.580	755.869
Ocupação	343.448	215.740
Custos gerais	737.787	301.533
Depreciação	2.594	2.594
Custos tributários	94.984	35.717
Custos financeiros	43.548	55.596
Total	6.977.450	6.428.760

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A entidade reconheceu em 2024 o montante de R\$ 109.765 (R\$210.083) em despesas gerais e administrativas, sendo detalhado abaixo.

	2024	2023
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	56.742	33.706
PASSAGENS	35.890	12.536
HOSPEDAGENS	24.032	19.277
SEGUROS PREDIAIS	4.630	-
ALUGUEL	4.253	32.846
CONDUCAO	2.877	5.566
ALIMENTACAO	1.572	399
BENS DURAVEIS DE PEQUENO VALOR	1.246	2.194
MATERIAL DE ESCRITORIO	998	10.948
LANCHES E REFEICOES	695	3.094
ESTACIONAMENTO	46	568
CORREIOS E MALOTES	45	45
MEDICAMENTOS	3	75
ARMAZENAGEM	(643)	-
(-) ESTORNO DE DESPESA	(1.475)	-
SEGUROS RISCOS DIVERSOS	(21.144)	38.135
LOCACAO DE MAQS E EQUIPAMENTOS	-	13.820
CONDOMINIO	-	8.969
TELEFONE, FAX, INTERNET	-	7.865
ENERGIA ELETRICA	-	7.259
COPA E COZINHA	-	4.996
ASSOCIACAO DE CLASSE E CONGENERES	-	3.680
CARTORIO	-	3.249
LICENCA DE USO / LOCACAO DE SOFTWARE	-	859
Total	109.765	210.083

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

18. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2024, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade não apresentou fatos ou eventos relevantes em período subsequente a essas demonstrações financeiras.

VERONICA RIBEIRO
GERLAH
PAGANATTO:361142368
82
Assinado de forma digital por
VERONICA RIBEIRO GERLAH
PAGANATTO:36114236882
Dados: 2025.07.30 14:16:04
-03'00'
Verônica Ribeiro Gerlah Paganatto
CPF: 361.142.368-82
CRC: 1SP267.754/O-2